


Migration & (Im)mobility Magazine

Routed 

iDIASPORA
CONECTAR APRENDER CONTRIBUIR



Diásporas na vanguarda da proteção social: impactos, dinâmicas e oportunidades futuras

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões da Organização Internacional para as Migrações (OIM). As denominações utilizadas e o material apresentado nesta publicação não manifestam qualquer opinião por parte da OIM sobre as condições legais de qualquer país, território, cidade ou região, nem sobre as suas autoridades, nem sobre a delimitação das suas fronteiras e limites. Esta publicação não foi formalmente editada pela OIM.

Editoras-chefes: Margaret Koudelkova (Routed Magazine) y Larisa Lara Guerrero (IOM)

Editores: Routed Magazine e iDiaspora

Sítios web: routedmagazine.com e idiaspora.org

Foto da Capa: © Andrey Popov 2023

Sugestão para citação: Routed Magazine e iDiaspora (2023) Diásporas na vanguarda da proteção social: impactos, dinâmicas e oportunidades futuras.



Esta publicação está disponível sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 4.0 License (CC BY-NC-ND 4.0).

Migration & (Im)mobility Magazine



iDIASPORA
CONECTAR APRENDER CONTRIBUIR

Diásporas na vanguarda da proteção social: impactos, dinâmicas e oportunidades futuras

Índice

Diásporas lideradas por jovens para a igualdade de gênero: proteção social sensível a gênero em contextos de migração Yasmina Benslimane	1
Emigração Indiana para os Países do GCC: O impacto das remessas na proteção social da família migrante Satish Kumar e Anjali Mehra	4
A diáspora de Bangladesh: campeões desconhecidos do enfrentamento de desastres causados pela mudança climática Dr. Fazle Rabby	6
Pele parda em jalecos brancos: a diáspora filipina na linha de frente da pandemia Romina Eloisa M. Abuan, Elora Mae G. Atos, e Katrina R. Guanio	9
Discurso de Descolonização : Perspectivas dos Afro-Belgas Jimmy Hendry Nzally	13
Empoderando a Diáspora por meio da Solidariedade e da Proteção Social Transnacional: O Caso do Centro Cultural Muçulmano de Kerala Farseen Ali Puthanveettil	16
Empoderando Comunidades: O papel vital das diásporas na proteção social em Camarões Charles Simplicie Mbatsogo Mebo	19
Buracos Negros que engolem meus sonhos: normas socioculturais contra mulheres LBQ no Afeganistão Basira Paigham	23
Onde incentivar? Promovendo as vias de troca de capital social da diáspora de Bangladesh Asman Osman	26
SOSOrinoco: A vantagem do ativismo da diáspora na Venezuela Ángeles Zúñiga e Abigail Edwards	29

A proteção da saúde dos migrantes irregulares nas fronteiras: o caso do Darién Gap Andrea Jaramillo Contreras	32
Mulheres subsaarianas na Tunísia: entre o medo da rejeição e o atendimento médico adequado Amal Hlioui	36

Agradecimentos

Esta publicação foi possível graças à colaboração entre a Routed Magazine e a plataforma iDiaspora. As editoras-chefe Larisa Lara Guerrero, Oficial de Comunidades Transnacionais e Comunicações Digitais na sede da OIM em Genebra, e Margaret Koudelkova da Routed Magazine gostariam de agradecer a todos os autores que participaram desta publicação por meio de uma chamada competitiva lançada em maio de 2023. Agradecemos em especial aos autores que contribuíram para esta edição por meio de suas diversas formações e experiências.

Gostaríamos de agradecer especialmente às seguintes pessoas por suas contribuições como editoras e coordenadoras da publicação: Fiona Buchanan, Lena Hartz, Lillian Babayan, Madison Bradt, Margaret Koudelkova, Shaddin Almasri e Verónica Uribe-Kessler. Também agradecemos profundamente aos tradutores desta edição para o português, Ana Flavia Will, Rodrigo Trivellato Laende e Matheus Jesus do Nascimento.

Prefácio

Os estados são responsáveis por fornecer proteção social aos seus cidadãos e, em um contexto migratório, são os países de destino os principais responsáveis. No entanto, as limitações na cobertura e acesso dos migrantes deram origem a uma infinidade de medidas informais, incluindo aquelas oriundas de comunidades transnacionais e diásporas que sustentam famílias e comunidades por meio de redes pessoais, garantindo acesso a cuidados de saúde, educação, aposentadoria e segurança social. Sistemas de proteção social,¹ compreendendo um conjunto de políticas e programas públicos e privados destinados a prevenir, reduzir e eliminar as vulnerabilidades económicas e sociais à pobreza, privação e exclusão social são vitais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ajudando indivíduos e famílias a lidar com crises, encontrar emprego, investir em saúde e educação e apoiar os idosos. Esta publicação explora como os líderes e organizações da diáspora contribuem para medidas informais de proteção social em áreas como desemprego, pensões, benefícios familiares, recursos mínimos e benefícios de saúde.

Políticas e sistemas eficazes de proteção social são a pedra angular de sociedades prósperas. Eles desempenham um papel instrumental na aceleração do crescimento inclusivo e na redução das desigualdades. Desde garantir o acesso à saúde e à educação até a recuperação após as crises, a previdência social é uma necessidade para as comunidades em movimento. Em colaboração com a iDiaspora, temos o prazer de apresentar esta edição especial que explora como as diásporas estão na vanguarda da proteção social e estão redefinindo as perspectivas tradicionais de desenvolvimento e humanitarismo em suas comunidades e além.

Nossos leitores têm a oportunidade de ouvir diversas vozes e exemplos de provisão informal de proteção social em toda a comunidade global. Encontramos a diáspora filipina na linha de frente da pandemia e os campeões anônimos da promoção da proteção social para enfrentar os desastres induzidos pela mudança climática. Obtemos uma compreensão mais profunda das vantagens do ativismo de diáspora na Venezuela, do papel vital das diásporas na proteção social em Camarões e das iniciativas de diáspora dos jovens para proteção social sensível a gênero em contextos de migração. Nós nos dedicamos a um diálogo sobre as perspectivas de afro-belgas, normas socioculturais contra mulheres L.B.Q. no Afeganistão e cuidados médicos para mulheres subsaarianas na Tunísia.

Mergulhamos no acúmulo de vulnerabilidades em um estudo de caso do trânsito migratório pela Região de Darién e o empoderamento da diáspora por meio da solidariedade e proteção social transnacional no caso do Centro Cultural Muçulmano de Kerala. Por fim, através de uma lente econômica, exploramos o impacto das remessas na proteção social da família migrante e na promoção das vias de troca de capital social da diáspora de Bangladesh.

¹ Comitê Permanente da OIM para Programas e Finanças 2023: Melhorar a Proteção Social para Migrantes e Populações em Situação de Vulnerabilidade, incluindo Deslocados Internos. Trigésima segunda sessão (S/32/8).

Agradecemos aos nossos autores por seu trabalho que informa e contribui ainda mais para mudanças nas narrativas tradicionais de proteção social. Os exemplos de proteção social informal apresentados neste volume destacam o papel fundamental dos membros da diáspora no fornecimento de saúde e segurança social às suas famílias e comunidades. Também lançam luz sobre o papel predominante e a responsabilidade dos governos na garantia de proteção social aos trabalhadores migrantes e seus próprios cidadãos. É importante enfatizar que a seguridade social é um direito humano fundamental firmemente enraizado no direito internacional, consagrado em muitos instrumentos de direitos humanos e leis trabalhistas universalmente discutidos e aceitos.

Gostaríamos de agradecer à iDiaspora por mais uma parceria enriquecedora e recompensadora e pela iniciativa e compromisso inabalável da Equipe de Diáspora na Sede da OIM em Genebra. Aos nossos leitores, agradecemos por reservar um tempo para ler nossa última edição. Esperamos que aprecie e que isso o inspire a apoiar o levante das vozes dos líderes da diáspora em todo o mundo para resultados de proteção social mais favoráveis em suas comunidades.

Elizabeth Warn, Diretora, Divisão de Mobilidade Laboral e Inclusão Social, Sede da OIM

Diásporas lideradas por jovens para a igualdade de gênero: proteção social sensível a gênero em contextos de migração

Yasmina Benslimane

Como alguém que viveu em sete países e completou os estudos de graduação e pós-graduação em ambientes incrivelmente diversos, cheguei a uma poderosa conclusão: a desigualdade de gênero não conhece fronteiras – é universal. Só na última década, quase 60 milhões pessoas se tornaram migrantes internacionais, buscando melhores oportunidades e um futuro melhor fora de seus países de origem, aproximadamente 48,5% dos quais são mulheres. Essas mulheres geralmente enfrentam desafios específicos, como violência de gênero (VG), acesso limitado à saúde e à educação e exploração econômica.

Enfrentar esses desafios por meio de proteção social sensível a gênero é crucial para garantir o bem-estar e o empoderamento de migrantes. Também é fundamental para o empoderamento de mulheres e meninas em seus respectivos países de origem. Proteção social sensível a gênero significa criar e implementar programas e políticas que considerem as diferentes necessidades e desafios enfrentados por homens, mulheres e indivíduos de gêneros diversos. Este artigo explorará como essas iniciativas atendem às necessidades específicas de mulheres e meninas migrantes, alavancando suas redes transnacionais e defendendo a proteção social que se concentra em suas necessidades.

Iniciativas da diáspora jovem como agentes de mudança

Iniciativas lideradas por jovens pela diáspora estão efetivamente aumentando a conscientização, impulsionando mudanças políticas e promovendo um ambiente mais inclusivo e solidário para mulheres e meninas em seus países de origem. Eles usam sua posição única na interseção de múltiplas culturas e suas experiências de migração de primeira mão para defender a proteção social. Ao alavancar suas redes transnacionais, as iniciativas lideradas por jovens podem se conectar com os países de origem e destino para influenciar políticas e práticas. Eles estão ativamente engajados em enfrentar os desafios específicos de gênero enfrentados por mulheres e meninas. As iniciativas podem assumir várias formas, como campanhas de defesa, mobilização comunitária e prestação de serviços ou mobilização de comunidades para criar espaços seguros e redes de apoio.



Autora com membros de um dos projetos Women4Leadership.

Essas iniciativas oferecem treinamento e oportunidades de formação para empoderar os jovens e aumentar sua resiliência. Ao promover a solidariedade e o engajamento da comunidade, as organizações da diáspora jovem desempenham um papel vital na construção de um ambiente acolhedor para mulheres e meninas em migração.

Alavancar redes e experiências transnacionais

Marrocos

Tendo morado no exterior nos últimos dez anos, testemunhei em primeira mão como a diáspora marroquina, mesmo de longe, continua a se organizar e lutar pelos direitos das mulheres no país. Esse esforço coletivo exemplifica a força e a determinação de indivíduos que se recusam a ser silenciados pela distância geográfica. Motivada por essas experiências, fundei o [Politics4Her](#) (Política Para Ela) em 2017 durante meu tempo na Costa Rica, enquanto estudava na UN Mandated University for Peace. Dentro do Politics4Her, o projeto Women4Leadership (Mulheres Para a Liderança) surgiu como uma iniciativa vital no Marrocos, na vanguarda do envolvimento de jovens mulheres marroquinas. O W4L preparou jovens de diversas origens, incluindo refugiadas e migrantes no Marrocos, com o conhecimento e as habilidades necessárias para se tornarem agentes de mudança. Ao mobilizar a diáspora e alavancar o espaço digital, o W4L garantiu a inclusão e a equidade em sua abordagem, contribuindo em última instância para uma mudança positiva e sustentável nos Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRHR) e na proteção social sensível a gênero. Em colaboração com a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), organizamos uma consulta focada nas experiências de violência de gênero (VG) entre os refugiados. A consulta forneceu aos refugiados uma plataforma para expressar suas experiências, necessidades e preocupações sobre VG. Envolvendo suas vozes, a sessão teve como objetivo informar e moldar futuras intervenções, políticas e programas para melhor apoiá-los e protegê-los.

Afeganistão

Pashtana Zalmai Khan Dorani, uma líder resiliente que conheci por meio de nossa associação à Transform Education Network (Rede Transforme a Educação), organizada pela [UNGEI](#), defende o acesso das meninas à educação por meio de sua organização, [LEARN Afeganistão](#). Como refugiada, ela entende profundamente o poder transformador da educação e tem dedicado seus esforços para melhorar a vida de mulheres e meninas no Afeganistão. Pashtana fundou a LEARN Afeganistão em 2018 com o objetivo de expandir as oportunidades educacionais e empoderar as meninas afegãs. A organização se concentra na educação digital, oferecendo cursos on-line gratuitos e recursos valiosos, treinamento profissional e mentoria para milhares de meninas afegãs. Apesar dos desafios impostos pelo ressurgimento do Talibã, a liderança de Pashtana tem sido fundamental para manter a missão viva encontrando formas alternativas de apoiar a educação e empoderar as meninas afegãs. Diante do apartheid de gênero, Pashtana Zalmai Khan Dorani e a LEARN Afeganistão desempenham um papel fundamental em quebrar barreiras e capacitar meninas com o conhecimento e as habilidades de que precisam para moldar seu próprio futuro e contribuir com suas comunidades. Por meio de sua dedicação inabalável, Pashtana e sua organização estão abrindo caminho para um futuro melhor para mulheres e meninas prosperarem no Afeganistão.

Palestina

A diáspora palestina, forçada a deixar as casas devido ao deslocamento e ocupação, permanece profundamente ligada às suas raízes, cultura e causa palestina. Moldada por suas experiências e enraizada em sua herança, a nova geração da diáspora leva adiante a luta por justiça e libertação. Seu compromisso inabalável garante que a diáspora permaneça parte integrante da comunidade palestina mais ampla, trabalhando pela autodeterminação e igualdade para todos os palestinos, independentemente de sua localização. Dentro desta diáspora vibrante, ativistas feministas palestinas em minha rede recomendaram o trabalho do Coletivo Feminista Palestino (PFC), que se destaca como uma força poderosa. Composto por feministas palestinas e árabes principalmente na América do Norte, o PFC se engaja no ativismo interseccional e na organização para confrontar a violência sistêmica de gênero, sexual e colonial. Fundamentado em uma estrutura anticolonial, o coletivo resiste à normalização da opressão, inspirando-se nos movimentos feministas do passado e do presente. Por meio de seu trabalho, o PFC não apenas concentra a urgência da luta palestina, mas também promove o feminismo palestino como filosofia e prática libertadora. Ao promover justiça transformadora, cura e criação, o coletivo contribui para a criação de um mundo mais justo e equitativo, amplificando as vozes e experiências das mulheres palestinas e desafiando estruturas opressivas nas interseções de gênero, raça e colonialismo.

Esses exemplos destacam as várias maneiras pelas quais as organizações da diáspora lideradas por jovens abordam ativamente os desafios específicos de gênero enfrentados por mulheres e meninas migrantes. Eles se envolvem na defesa, mobilização da comunidade e prestação de serviços, fazendo contribuições significativas para a promoção da proteção social sensível a gênero em contextos de migração. A colaboração com formuladores de políticas, organizações da sociedade civil e instituições internacionais impulsiona mudanças positivas e promove um ambiente de apoio para mulheres e meninas em todo o mundo. No entanto, essas iniciativas da diáspora jovem encontram desafios como recursos financeiros limitados, capacidade organizacional e acesso a processos de tomada de decisão, o que pode prejudicar sua eficácia. Para liberar totalmente seu potencial, é necessário apoio sustentado e parcerias estratégicas com governos, sociedade civil e atores internacionais. Ao investir em iniciativas de diáspora lideradas por jovens e abraçar seu conhecimento, podemos trabalhar coletivamente para um futuro mais inclusivo e equitativo, garantindo o acesso de mulheres e meninas a todos os seus direitos.



Yasmina Benslimane acumulou mais de seis anos de experiência profissional na área de migração com instituições nacionais de direitos humanos, ONGs e agências da ONU, em vários países, incluindo OIM, ACNUR, PNUD e o Instituto de Políticas para Migração. Atualmente é Especialista de Gênero da Plataforma Jovens e Crianças da Migração (MYCP) e fundadora da Politics4Her. Você pode encontrá-la no LinkedIn, Instagram, ou Twitter.

Emigração Indiana para os Países do GCC: O impacto das remessas na proteção social da família migrante

Satish Kumar e Anjali Mehra

Os estados do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) que circundam o Golfo Pérsico são dotados de enormes reservatórios de petróleo e gás natural. No início dos anos setenta, o boom do petróleo levou à formação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), o que fez com que os países membros se tornassem um destino atraente de trabalho para trabalhadores pouco qualificados dos países asiáticos vizinhos, principalmente da Índia. A prática da migração indiana para as nações do GCC não é nova, mas remonta aos dias anteriores à separação. Este fenômeno tem mostrado exponencial crescimento desde a década de 1970. De acordo com os dados mais recentes, há estimativas de cerca de 10 milhões de indianos morando em seis países do CCG (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). Setenta por cento dos indianos trabalham no setor de construção como faxineiros, empregados domésticos e motoristas. Observou-se que a migração para essas nações é temporária e dura um período de tempo relativamente curto. As remessas enviadas por estes emigrantes para suas famílias não apenas os ajuda a escapar da miséria, mas também alimenta o crescimento econômico nos estados de origem na Índia, bem como na nação em um nível macro. No nível micro, as remessas ajudam as famílias migrantes a garantir proteção social contra desemprego, riscos para a saúde, educação, além de fornecer outros benefícios.

O impacto macro da migração para os países do GCC pode ser facilmente visto na economia local e nacional da Índia, já que os imigrantes nos países do Golfo enviam dinheiro para casa. A maioria dos emigrantes da Índia para o Golfo vêm de áreas rurais em vez de urbanas.

Segundo estimativa do Banco Mundial em 2022, a Índia recebe o maior volume de remessas do exterior (cerca de US\$ 100 bilhões), o que contribuiu com aproximadamente 3% do PIB indiano. Atualmente a Índia recebe um terço do total de remessas dos países do Golfo. Durante a crise econômica global em 2008-2009, os países do Golfo representaram quase 35% do fluxo total de remessas para a Índia. Em 2011-2012, o déficit comercial da Índia aumentou para quase \$120 bilhões. No entanto, durante a crise, as remessas tiveram um papel importante para moedas estrangeiras, além de ajudar nas questões do balanço de pagamentos da Índia.



Cortesia: [Pixabay](#).

A nível estadual, este estudo revela que aproximadamente 65% do total de remessas são recebidas por quatro estados: Maharashtra (35,2%), Kerala (10,2%), Tamil Nadu (9,7%) e Delhi (9,3%). 31% das remessas indianas são direcionadas para Kerala. Isso é quase 10 vezes mais do que a parcela de remessas recebidas pelo restante da Índia (3% do PIB total em 2020). De acordo com Dados NSDP, a renda per capita de Kerala foi Rs. 37.000/- em 2000. Após duas décadas, em 2020, a renda per capita de Kerala era de Rs. 265.000. No mesmo período (2000-2020), o produto interno líquido per capita (NDP) a nível nacional registrado foi de Rs. 35.000 a Rs. 150.000.

As remessas desempenham um papel muito significativo no nível micro, por exemplo, a nível de comunidade, de domicílio e de família. Isso tem uma importância significativa nas famílias mais carentes da sociedade indiana e desempenha um papel crucial na redução da pobreza extrema em certas áreas. No caso da diáspora indiana no Golfo, a maioria dos migrantes são não qualificados ou semiquilificados. Eles não têm escolha ou empregos alternativos na Índia. Eles são marginalizados de diferentes maneiras, vivem em extrema pobreza, sem emprego regular, moradia, educação ou poupança. As oportunidades de trabalho desempenham um papel muito significativo em suas vidas quando surgem. Ao conseguirem empregos no exterior, suas vidas tendem a melhorar por meio de moradia, saneamento, educação dos filhos, poupança, poder de compra, pagamento de dívidas etc.

As remessas têm um impacto duradouro na melhoria dos padrões de vida quando usadas não apenas para garantir a segurança alimentar das famílias, mas também para melhorar as habilidades e a produtividade dos destinatários. Observou-se que o impacto das remessas pode ser bastante considerável a nível de família e de comunidade (nível micro), mas a nível regional ou nacional (nível macro) seu impacto é menos claro.



Satish Kumar é um bolsista de pesquisa com doutorado em economia, atualmente na Guru Nanak Dev University, em Punjab, Índia. Atualmente trabalha com estudos transnacionais e da diáspora relacionados à migração internacional de mão-de-obra da Índia para os estados do CCG. Você pode contatá-lo em sksarwa1010@gmail.com



A Dra. Anjali Mehra é Professora Associada e Guia de Pesquisa e Diretora da Escola de Ciências Sociais da Guru Nanak Dev University, em Punjab, Índia. Você pode contatá-la em anjalienco@gmail.com

A diáspora de Bangladesh: campeões desconhecidos do enfrentamento de desastres causados pela mudança climática

Dr. Fazle Rabby

Bangladesh foi o sétimo país mais afetado pelo clima entre 180 países, de acordo com o Índice Global de Risco Climático em 2021. Pessoas de diferentes partes geográficas de Bangladesh frequentemente encontram inundações, secas, ciclones, salinidade, contaminação por arsênico, erosão de rios, deslizamentos de terra e terremotos. De acordo com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), em 2022, milhões de bangladeshianos que vivem nos distritos do nordeste sofreram as piores enchentes da história de Bangladesh. Desastres causados pela mudança climática desencadearam crises humanitárias, incluindo deslocamento (interno e externo) e vulnerabilidades dos meios de subsistência. Historicamente, catástrofes ambientais são um dos fatores para a migração interna e externa.

A diáspora de Bangladesh compreende pessoas de diferentes distritos de Bangladesh e é uma das maiores comunidades de diáspora do mundo. Existem correlações simples entre a diáspora de Bangladesh e as preocupações de Bangladesh com a mudança climática. Testemunhos orais de diferentes gerações da diáspora de Bangladesh sugerem que os desastres causados pela mudança climática e, portanto, os meios de subsistência afetados atuam como fatores de impulso (migração para o exterior documentada e não documentada) e atração (trazer seus pares da terra natal). No entanto, quase nenhuma pesquisa sócio-histórica sobre a migração ultramarina de Bangladesh está disponível. De acordo com interlocutores da diáspora e ex-diplomatas entrevistados, a diáspora de Bangladesh é sociopsicologicamente afetada pela miséria de famílias deixadas para trás em Bangladesh devido a laços emocionais. Diferentes associações da diáspora afirmaram que o envolvimento social da diáspora com as redes comunitárias locais em Bangladesh também os afeta quando seus povos nativos em Bangladesh sofrem ameaças econômicas, de saúde, de subsistência e de segurança devido às vulnerabilidades induzidas pela mudança climática. A diáspora de Bangladesh, impulsionada por sua obrigação social e humanitária, apoia psicologicamente e financeiramente as famílias e pares deixados para trás em Bangladesh durante e após os desastres.

Os Sylhet em Londres (Bangladesh britânico) mobilizaram suas remessas sociais e econômicas para ajudar as pessoas atingidas pelas enchentes nos distritos do nordeste de Bangladesh; o exemplo mais recente de diáspora desempenhando um papel significativo na abordagem de desastres relacionados à mudança climática. Os interlocutores da diáspora de Bangladesh do Reino Unido e dos Estados Unidos da América confirmaram que mobilizaram fundos filantrópicos (formalmente e informalmente) e os transferiram (através de canais oficiais e não oficiais) para a causa humanitária para apoiar indivíduos afetados pelas enchentes e famílias deixadas para trás em Bangladesh para restabelecer suas vidas e meios de subsistência. Um exemplo de mobilização de fundos é a Parceria do Alto Comissariado Britânico e a BRAC (uma ONG de Bangladesh) para investir £ 500.000 para a recuperação pós-inundação.

A pressão rigorosa da diáspora de Bangladesh em seus países anfitriões ajuda Bangladesh a ter acesso à ajuda humanitária de parceiros de desenvolvimento como a União Europeia, o Escritório de Desenvolvimento da Comunidade Estrangeira (FCDO), e a Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) para a recuperação de vítimas de inundações e restauração de infra-estruturas locais em áreas atingidas por inundações. A próxima geração da diáspora de Bangladesh também está ativa com seu capital social e econômico para enfrentar os desafios causados pela mudança climática em Bangladesh. O papel da próxima geração é crucial, considerando que eles estão gradualmente comprometidos em ajudar Bangladesh devido ao seu compromisso humanitário e adesão descendente, apesar de não terem ligação direta. A comunidade da diáspora ajuda seus parceiros organizadores em Bangladesh de diferentes países anfitriões a organizar fundos de pequena a grande escala para ajudar as comunidades locais a retomar a educação das crianças em escolas e madrasas (“escola muçulmana”). As organizações comunitárias da diáspora também ajudam o governo de Bangladesh com apoio complementar para providenciar assistência médica essencial por meio de acampamentos médicos, especialmente para crianças e mulheres em idade reprodutiva (com necessidade de assistência médica materna). Empresários britânicos-Bangladesh e suas associações informaram que estão organizando fundos contributivos para os agricultores iniciarem a produção e para os empresários locais reiniciarem os negócios. Eles também apoiaram pessoas em alto risco, incluindo idosos, mulheres com vulnerabilidades e pessoas com deficiência. Isso melhorou a proteção social das pessoas mais vulneráveis e contribuiu para a agenda GoB de restaurar e fortalecer a segurança social nas regiões afetadas pelas enchentes.

Membros da diáspora de Bangladesh, individualmente e como comunidade por meio de associações formais e informais, apoiam Bangladesh durante desastres. Paralelamente, a diáspora jovem de Bangladesh começou a se mobilizar e se conectar com redes globais e redes sociais em Bangladesh para emergir como agentes de mudança. A Ação Climática da Diáspora de Bangladesh (BDCA) é um exemplo de tal iniciativa liderada por jovens. A BDCA, como o fórum da diáspora juvenil, ajuda a desenvolver jovens defensores que atuarão global e localmente em Bangladesh para enfrentar os desafios previstos e imprevistos induzidos pelas mudanças climáticas no presente e no futuro. A primeira e as próximas gerações da diáspora de Bangladesh ajudam seus familiares a recuperar e preservar as proteções sociais para minimizar os encargos sociais e econômicos do governo de Bangladesh.

Nem todos os membros da diáspora de Bangladesh de diferentes países anfitriões podem apoiar Bangladesh durante as crises, por várias razões conhecidas e desconhecidas. A falta de informações autênticas ou conflitantes é um fator crítico que impede a diáspora de ser motivada a ajudar Bangladesh e as pessoas que residem em Bangladesh durante calamidades. Outra preocupação é que não há mecanismos de apelação pública ou comunicação de Bangladesh, incluindo o governo de Bangladesh. Outras preocupações incluem a autenticidade e responsabilidade dos canais financeiros para remessa e confiabilidade dos destinatários locais na transferência de fundos. Nem todos os membros da diáspora têm contatos sociais sólidos com seus compatriotas em Bangladesh.

Em muitos casos, a ausência de reconhecimento da contribuição da diáspora por parte do governo e da sociedade civil de Bangladesh também representa um fator desmoralizante. Apesar de suas imensas contribuições para remediar as situações catafóricas de Bangladesh, eles permanecem defensores anônimos. A contribuição da primeira geração da diáspora de Bangladesh como defensora para lidar com os efeitos climáticos em Bangladesh ainda não foi reconhecida. Agências governamentais preocupadas ainda precisam reconhecer as contribuições e o potencial da próxima geração da diáspora de Bangladesh.

Reconhecer as contribuições da diáspora como defensoras do clima pelos setores público e privado em Bangladesh aumentará seu dinamismo físico e emocional para trabalhar com mais diligência para enfrentar os desafios induzidos pelas mudanças climáticas, incluindo desastres. O governo de Bangladesh ainda precisa revisar mais de cinquenta estratégias e planos relacionados às alterações climáticas e apresentar possíveis adaptações de políticas e novos documentos de políticas para construir a ponte entre a diáspora de Bangladesh e os planos, programas e ações nacionais do governo para combater as adversidades causadas pelas mudanças climáticas. A participação ativa da diáspora de Bangladesh na defesa global de Bangladesh é crucial para fortalecer a diplomacia climática de Bangladesh em plataformas internacionais. O conhecimento, as habilidades e as redes da diáspora de Bangladesh são igualmente essenciais para apoiar a preparação local e nacional de Bangladesh para lidar com as vulnerabilidades induzidas pelas mudanças climáticas.



Cortesia do autor



Dr. Fazle Rabby é originalmente do distrito costeiro Patuakhali de Bangladesh e atualmente trabalha como vice-diretor de pesquisa no Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Humano (HDRC), Bangladesh. Sua experiência de pesquisa e interesses são em migração, diáspora, integração de gênero, mudança climática, diplomacia e defesa multidimensional, análise de políticas e globalização do desenvolvimento. Você pode encontrá-lo no [Facebook](#), [Twitter](#) e [LinkedIn](#).

Pele parda em jalecos brancos: a diáspora filipina na linha de frente da pandemia

Romina Eloisa M. Abuan, Elora Mae G. Atos, e Katrina R. Guanio

As Filipinas foram um dos principais países de origem migrante de recursos humanos em saúde (RHS) para países ocidentais de alta renda e idosos desde o século passado, formando assim uma significativa diáspora filipina. A diáspora filipina de RHS desempenhou um papel substancial na prestação de cuidados, especialmente na resposta ao COVID-19 de muitos países de destino. Este artigo analisa criticamente o papel das diásporas filipinas no setor da saúde e como as diásporas facilitam a cooperação, a proteção social e o compartilhamento de conhecimento na área da saúde. Ele fornece recomendações de políticas para o envolvimento da diáspora, assistência de saúde e desenvolvimento sustentável nos países de origem e destino.

Em maio, as Filipinas revelaram sua nova marca, “Damos ao mundo o nosso melhor”, na tentativa de homenagear os trabalhadores filipinos estrangeiros (OFWs). Essa marca foi anunciada em um anúncio do Reino Unido com May Richell Cestina-Parsons, a enfermeira filipina que administrou a primeira vacina contra a COVID-19 aprovada no mundo. Ela veio sob escrutínio já que aparentemente promove as Filipinas como um “exportador de mão de obra”, apesar de enfrentar a escassez de mão de obra em seu próprio sistema de saúde. Globalmente, um em cada oito, ou 3,7 milhões, de enfermeiros nasceram ou se formaram no exterior. Em uma reportagem de 2022, a Filipino Nurses United (FNU) afirmou que 35% ou quatro em cada 10 enfermeiros registrados nas Filipinas escolheram trabalhar no exterior.

Os RHS filipinos, incluindo RHS nascidos e formados nas Filipinas e aqueles com descendência de imigrantes filipinos, têm estado na linha de frente da pandemia de COVID-19 em muitos dos principais países de destino. Em 2021, Edmundo Tabay tornou-se o primeiro enfermeiro filipino a ocupar um cargo de diretoria de enfermagem no Serviço Nacional de Saúde (NHS) no Reino Unido. Charito Leonardo-Romano, enfermeira de uma casa de repouso particular em Surrey, Inglaterra, recebeu a Medalha do Império Britânico (BEM) por seu serviço durante a pandemia de COVID-19. Durante a pandemia, os RHS migrantes demonstraram ter contribuído significativamente para a oferta de mão-de-obra e a qualidade do atendimento nos países de destino. Enquanto isso, países de origem como as Filipinas tinham uma força de trabalho de saúde insuficiente, levando a um RHS esgotado com um número infinito de pacientes e, geralmente, um sistema de saúde sobrecarregado.

A migração de trabalhadores qualificados, como RHS, é atribuída à “fuga de cérebros” nos países de origem. Os profissionais de saúde que migram internacionalmente são muitas vezes mais jovens, mais qualificados e mais economicamente ativos, contribuindo assim para reduzir a taxa de dependência, complementando o estoque de capital humano e aumentando o produto interno

bruto (PIB) e a produtividade econômica geral nos países de destino, especialmente aqueles com populações mais velhas. É fácil culpar ao acaso a migração pela insuficiente força de trabalho em saúde nos países de origem.

No entanto, o nexu migração-desenvolvimento é complexo tanto para os países de origem quanto para os países de destino. Nos países de origem, a migração contribui para o aumento do PIB e para um desenvolvimento social e econômico mais amplo por meio de remessas. Da mesma forma, migrantes e diásporas contribuem para os países de origem por meio do fluxo de remessas sociais ou a transferência de conhecimento, habilidades, valores, crenças e produtividade.

Migrantes e diásporas contribuem para o fluxo de conhecimento, ideias e capital social por meio de engajamentos cívicos que promovem a redução da pobreza e a saúde em seus países de origem. Por exemplo, a Rede da Diáspora de Enfermeiras Filipinas (FIND), na Austrália, a Associação Filipina de Enfermeiras do Reino Unido (FNAUK), e a Associação de Enfermeiras das Filipinas Reino Unido contribuíram para apoiar não apenas enfermeiros filipinos no exterior, mas também comunidades e profissionais de saúde nas Filipinas por meio de arrecadação de fundos, atividades de capacitação, interorganizacional colaborações inter-organizacionais e assistência social, econômica e jurídica.

As Filipinas têm fortes redes de profissionais de saúde, defensores e acadêmicos migrantes. A Rede Filipina de Saúde para Migrantes (PMHN) é a principal rede do país para a promoção e proteção da saúde de migrantes e filipinos no exterior. Enquanto isso, a Rede de Recursos Humanos em Saúde (RHS) é responsável pela implementação do Plano Diretor de Recursos Humanos para a Saúde (RHS) 2020-2040, e tem como objetivo aprimorar uma “força de trabalho de saúde adequada, globalmente competente e sustentável”. Essas redes desempenharão um papel crítico na criação de espaços de empoderamento e colaboração entre a diáspora e o país de origem para a prestação de cuidados de qualidade alinhados com os cuidados de saúde universais.

Como tal, é imperativo adotar uma política de saúde migratória e parcerias que:

- Promovam a circulação de cérebros fortalecendo as redes de saúde que criam espaços para o compartilhamento de conhecimento das melhores práticas entre as diásporas filipinas e as Filipinas;
- Envolvam a diáspora filipina de RHS e outras diásporas para pressionar por melhores condições de trabalho, aumento de salários, benefícios abrangentes para funcionários e desenvolvimento regular de competências nos países de destino;
- Forjem uma relação de trabalho entre a diáspora filipina de RHS e o RHS local para influenciar o planejamento de programas e a formulação de políticas no sistema de saúde do país; e

- Aproveitem os programas de retorno de talentos, como o [Balik Scientist Program](#), para garantir oportunidades de crescimento e emprego local para OFWs que pretendam regressar e reintegrar-se no país.

Em última análise, as Filipinas podem mobilizar sua diáspora de RHS começando com um [roteiro para engajamento da diáspora](#). Isso requer conhecer a diáspora, suas necessidades, seus objetivos, bem como suas capacidades e relacionamento com os países de origem e destino. Da mesma forma, as Filipinas precisam construir confiança e um relacionamento mutualístico com a diáspora por meio de redes consulares ativas, provisão e promoção de serviços, interação com governos anfitriões e privilégios para expatriados e descendentes, entre outros.

“Eu tenho o melhor de dois mundos como britânico-filipina”, disse Charito em um [webinar sobre migrantes como atores transnacionais](#). A diáspora filipina RHS, com sua pele morena em jalecos brancos, é a corda de segurança dos sistemas de saúde, o veículo para a circulação dos cérebros e o futuro da assistência. É necessário aproveitar o melhor dos dois mundos para criar e dar o melhor nesses mundos.



Cortesia das autores



Romina Eloisa M. Abuan está atualmente cursando seu mestrado em Estudos Asiáticos, concentrando-se no Sudeste Asiático no Centro Asiático da Universidade das Filipinas em Diliman. Suas experiências vividas e observadas como uma segunda geração (retornada) e migrante permitiram que ela visse a migração de uma perspectiva interna e externa. Seus interesses de pesquisa incluem o Sudeste Asiático, Migração, Diáspora e Relações Internacionais do Sudeste Asiático.



Katrina R. Guanio é uma profissional de desenvolvimento especializada em população e desenvolvimento com foco em migração, gênero, envelhecimento e meio ambiente. Ela é Diretora Sênior de Projetos na Universidade das Filipinas - Centro Internacional de Formação de Autoridades e Líderes nas Filipinas (UP-CIFAL Filipinas). Ela também é estudante de pós-graduação no Instituto de População da Universidade das Filipinas (UPPI).



Elora Mae G. Atos é Associada de Projeto Júnior na Universidade das Filipinas - Centro Internacional de Formação de Autoridades e Líderes nas Filipinas (UP-CIFAL Filipinas). Atualmente, ela lidera iniciativas de programas e atividades de capacitação sobre os temas interligados da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, migração, igualdade de gênero e negócios transformacionais. Ela completou seu Bacharelado em Antropologia na Universidade das Filipinas, Diliman, onde se formou magna cum laude.

Discurso de Descolonização : Perspectivas dos Afro-Belgas

Jimmy Hendry Nzally

O discurso de descolonização tem ressurgido em debates contemporâneos. Isto ocorre em vista da crescente presença Afro-Europeia e da crescente discriminação na Europa. A população Afro-Europeia está estimada em torno de 15 milhões de habitantes. Em dados de 2020, mais de 250,000 Congoleses moram na Bélgica, o país no qual eu irei focar. Afro-Belgas são geralmente pessoas de descendência Africana, da diáspora Africana e as pessoas que foram levadas para a Bélgica quando eram crianças. Métis são crianças de raças mistas (pais Belgas e mães Africanas) que foram abduzidas por colonizadores Belgas e por missionários da República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi.

Em 2019, o Parlamento Europeu votou para abordar o racismo estrutural sofrido pelos Afro-Europeus. Como relatado pelo Politico, "a votação foi apoiada por 535 votos a 80, com 44 abstenções". É por isso que este artigo oferece uma perspectiva crítica sobre os Afro-Europeus no contexto da descolonização na Bélgica. Até que ponto estão os descolonizados envolvidos no discurso de descolonização?

O que é então a descolonização? Colocando de forma simples, é ir se desligando do colonialismo. Para Jan Jansen e Jurgen Osterhammel, a descolonização trouxe um fim ao domínio de império instituído pelos colonizadores e deste modo produziu estados independentes, colocou um fim no uso da hierarquia racial como uma ideologia política aceitável e, por sua vez, fez nascer uma nova ordem mundial. A descolonização é desta maneira intencionada a marcar uma nova era de domínio não-racial. Como notado por Achille Mbembe, contém as experiências de países colonizados. O que está faltando em grande parte do discurso descolonial, entretanto, são as vozes Afro-Europeias.

Há tentativas dignas de nota da Bélgica de se reconciliar com seu passado colonial. A visita do Rei da Bélgica à República Democrática do Congo em 2022 foi um bom exemplo, no qual o Rei foi amplamente citado ao expressar seus mais sinceros "arrepentimentos" (em uma carta de 2020 ao Presidente do Congo Felix Tshisekedi). Sua visita foi seguida no mesmo ano pela devolução do dente do falecido líder Pan-Africanista Patrice Lumumba, o primeiro Primeiro-Ministro da República Democrática do Congo. Seu corpo morto foi dissolvido em ácido, e um de seus dentes foi guardado como troféu por um policial Belga. Uma praça teve o seu nome adotado em sua honra em Bruxelas no Porte de Namur próximo ao Mantonge, conhecido como o "bairro africano".

Afro-Belgas, embora em pequenos passos, estão obtendo reconhecimento. Alguns exemplos notáveis incluem Pierre Kompany em 2009, o primeiro prefeito negro eleito em Bruxelas; Wouter

Van Bellingen, um belga com descendência ruandesa, que em 2007 se tornou o primeiro vereador negro em Flandres; e em 2009, Assita Kanko, uma belga-burquina, foi eleita Membro do Partido Europeu. Mesmo assim, como em 2022 demonstra o relatório [Inter-Federal Equal Opportunities Centre Unia report](#), Afro-Belgas sofrem os efeitos de racismo colonial e pós-colonial.

Isso é devido "[à a cor da pele é um problema ainda muito frequente na sociedade belga](#)". Recentemente, após dois anos de trabalho, o Comitê Parlamentar da Bélgica sobre o passado colonial do país falhou não chegou a alcançar qualquer conclusão, nem mesmo uma recomendação para pedido de desculpas ou reparações.

Há inegavelmente evidência que é necessário fazer mais. Notavelmente, há a necessidade de enfrentar a imagem negativa da África bem como a falta de representação dos Afro-Belgas. Um ponto saliente é a representação de Africanos no Museu Royal da África Central, controlado pelo estado Belga, que ainda perpetua estereótipos coloniais. A própria localização do museu é problemática. Está localizado em Tervuren, local onde se recriavam vilas Africanas para exibição, como parte do projeto colonial desumano e brutal do Rei Leopoldo II.

O fato de que não são exibidos no museu os horrores do Rei Leopoldo e do colonialismo da Bélgica e a falta de acesso aos Afro-Belgas dificultam a completa descolonização da Bélgica. Um ativista destacou que 'há diversas coleções de arte que o estado Belga está mantendo afastada de pessoas negras ao restringir acesso'. Nem mesmo as pessoas métis tem acesso aos arquivos coloniais e estão assim impedidas de conhecer a história de suas famílias e ancestrais, apesar da aprovação legislativa do Partido Socialista Francófono.

Quando o museu estava sob renovação em 2013 e era esperado que reabrisse em 2017, um comitê foi estabelecido, e alguns acadêmicos Afro-Belgas foram indicados, mas eles tiveram que assinar acordos [de não divulgação](#). O comitê mais à frente parou de se encontrar pois suas vozes não eram ouvidas. Se esse museu deveria conversar com os Afro-Belgas, como podia ser negado a eles acesso ao arquivo histórico? A descolonização não pode ocorrer até que e a menos que os colonizados compartilhem suas próprias histórias.



Cortesia do autor

O museu mantém uma das maiores coleções de arte África que há "uma das maiores coleções de arte Africana". Está documentado que 80 por cento da herança Africana foi trazida para a Europa. Evidentemente, esses artefactos e outros foram adquiridos largamente devido ao uso da força em períodos de colonização e mesmo em períodos pós-coloniais.

A descolonização amplifica chamados por justiça e igualdade na Europa, América, e em todo lugar. Isto é o que deu proeminência ao protesto #BlackLivesMatter como um movimento político e social que busca realçar a discriminação. Na Bélgica, o protesto #BLM trouxe à luz o passado colonial da Bélgica, e iniciou uma forte e aberta discussão sobre o racismo contra os Afro-Belgas, e clama que as vozes Afro-Belgas sejam ouvidas e representadas. Afro-Belgas continuam a sofrer discriminação, uma ausência de oportunidades de trabalho, e uma falta de reconhecimento na Bélgica.

O protesto #BLM foi uma importante avenida para os Afro-Belgas terem voz e serem ouvidos. Como descrito por um legislador (23 de Maio 2023), 'este protesto realçou nossa dor e sofrimento e acordou o país (Bélgica) inteiro. O protesto em Bruxelas supostamente atraiu 10.000 manifestantes. Concretamente, era demandado que as estátuas do Rei Leopoldo II fossem derrubadas. Essas estátuas já tinham sido alvo de protestos desde 2004, porém apenas em junho de 2020 foram vandalizadas com tinta vermelha para simbolizar sangue em suas mãos.

Tudo isso demonstra que há a necessidade que de vozes Afro-Belgas sejam ouvidas e reforçadas nos níveis de políticas, político, e econômico. A falha da representação Afro-Belga na curadoria do museu é um bom exemplo. Afro-belgas deveriam estar na frente e no centro ao narrar a sua própria história. O museu deve representar os oprimidos, especialmente o povo Congolês, que sofreu nas mãos do Rei Leopoldo II e da Bélgica. Para que um progresso significativo ocorra e para evitar uma escalada nos protestos #BLM, temas de racismo, discriminação e até da estátua do Rei Leopoldo II devem ser abordados. Afro-Belgas deveriam ser vistos como parte integral da sociedade Belga e a sua história deve ser ensinada. Deve haver mais aulas de história para ensinar sobre o papel da colonização na construção da Bélgica como um país. De forma simples, a Bélgica e a Europa não devem ignorar seus passados coloniais e os seus legados, assim como os efeitos cascata em sociedades ocidentais contemporâneas.



Jimmy Henry Nzally possui um PhD em Ciência Política pela Vrije Universidade de Bruxelas (VUB). Sua pesquisa de PhD investigou "Explicando a Mudança Democrática na Gâmbia: Entendendo a Queda de Yahya Jammeh nas Eleições de Dezembro de 2016". Seus interesses de pesquisa incluem democratização e regime, relações internacionais, migração, estudos pós-coloniais e literatura. Ele leciona Relações Internacionais da África na VUB-Escola de Governança de Bruxelas.

Empoderando a Diáspora por meio da Solidariedade e da Proteção Social Transnacional: O Caso do Centro Cultural Muçulmano de Kerala

Farseen Ali Puthanveettil

A pandemia do COVID-19 serviu como um tempo de revelação, expondo as vulnerabilidades inerentes dentro de estabelecimentos aparentemente formidáveis, particularmente no Sul global. Ela revelou a desigualdade na sociedade, e pessoas dos estratos inferiores da sociedade foram deixadas para trás. Migrantes de dentro do estado e migrantes internacionais de origem Indiana foram aqueles que foram mais atingidos pela pandemia. Nos locais onde os atores estatais falharam miseravelmente para prover para as necessidades desses migrantes, foram os atores não estatais quem ajudaram essas pessoas em seus momentos de dificuldades. Um exemplo notável foi o Centro Cultural Muçulmano de Kerala (CCMK), uma organização da diáspora Indiana, que cumpriu um papel notável em tomar conta da situação e apoiar cidadãos Indianos no exterior. Esta organização empreendeu um conjunto significativo de iniciativas, incluindo: o fretamento de voos para facilitar a repatriação de indivíduos em situação de reclusão; a criação e operação de centros de isolamento; prestação de assistência de quarentena; entrega de ajuda médica, facilitação de cuidados pós-morte para indivíduos infectados com COVID-19; estabelecimento de postos de serviços de ajuda; distribuição de kits de alimentação e cestas básicas; bem como a dispensa de ajuda financeira a indivíduos afetados negativamente pela pandemia. Esta organização diaspórica provou ser um parceiro confiável para vários departamentos governamentais em nações anfitriãs na região do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), sendo frequentemente solicitada para fornecer assistência em lidar com situações desafiadoras entre a população migrante nesses países.

Os países do CCG têm sido um importante destino para migrantes de Kerala em busca de melhores oportunidades econômicas. A diáspora de Kerala estabeleceu um forte senso de coesão social, o que levou à formação de várias organizações diaspóricas. As organizações diaspóricas indianas no Oriente Médio são diversas e multifacetadas, formadas por uma variedade de fundações que representam as várias facetas das identidades e interesses de seus membros. Essas organizações geralmente giram em torno de fé, cidade natal, política, profissão e muito mais. A CCMK é uma dessas organizações voluntárias da diáspora indiana de Kerala. Eles mantêm uma rede de unidades nacionais abrangendo aproximadamente 70 nações na Europa, América do Norte, Oriente Médio, Sudeste Asiático e Austrália. No entanto, a organização possui uma posição particularmente influente nos países do CCG. Embora as unidades do país operem de forma independente, elas mantêm afiliação com o Comitê Estadual de Kerala da Liga Muçulmana da União Indiana (LMUI), um partido político indiano. De acordo com seus últimos registros de membros, o CCMK afirma ter cerca de 194.000 membros ativos apenas na região do Oriente Médio.

O CCMK surgiu como um fórum informal no início dos anos 1970, iniciado pela onda inicial de trabalhadores migrantes no Oriente Médio, com foco em atividades literárias e culturais. Com o tempo, passou por uma transformação em uma entidade formal e estruturada.

A organização adota uma abordagem dupla, intervindo nas questões relacionadas aos migrantes nos países de acolhimento e, simultaneamente, apoiando as atividades de bem-estar em Kerala. À medida que evoluiu, eles adotaram uma abordagem mais organizada, estabelecendo subcomitês nos níveis provincial e municipal sob a égide dos comitês nacionais. Além disso, comitês de cidade natal também foram estabelecidos nesses países. Nas últimas décadas, o CCMK passou por uma mudança significativa de uma organização focada principalmente em caridade, educação e atividades culturais em uma proeminente organização diaspórica que fornece medidas abrangentes de proteção social em seus países anfitriões e em seu estado de origem. Os comitês nacionais do CCMK em diferentes países supervisionam uma gama diversificada de iniciativas, incluindo apoio ao emprego, programas de assistência social, garantias de saúde, assistência familiar, cobertura de seguro, planos de pensão e compromissos socioculturais. Embora serviços como atividades de socorro, resposta a emergências e assistência jurídica sejam acessíveis a todos os indivíduos, os benefícios da previdência social estão disponíveis apenas para membros do CCMK e seus dependentes.

As iniciativas de esquema de segurança em cada país do CCG são projetadas e implementadas por seus respectivos comitês nacionais. Indivíduos que possuem residência legal nesses países têm a opção de se tornarem membros do esquema de previdência social pagando uma taxa de adesão nominal e contribuições mensais/anuais regulares. Os membros inscritos e seus dependentes têm acesso a várias garantias de proteção social. Essas garantias incluem seguro de morte, assistência médica para doenças, apoio em casos de perda repentina de emprego, auxílio para acidentes e assistência para condições médicas específicas, como câncer, insuficiência renal, cirurgia cardíaca aberta e angioplastia. Além disso, os esquemas subsidiam tratamentos médicos regulares e exames médicos, fornecendo suporte vital para o bem-estar dos beneficiários.

Estendendo-se além das fronteiras de uma única nação, as iniciativas de seguridade social da CCMK estão disponíveis para os diásporas e seus dependentes nos países de acolhimento e de origem. Essa abordagem distinta está enraizada em um modelo de autoajuda que enfatiza a coesão social e a confiança em sua comunidade. Ao promover um senso de solidariedade e unidade, cria uma estrutura em que os diásporas contribuem ativamente para o bem-estar de seus companheiros membros da comunidade. Para além de facilitar a prestação de medidas de segurança social, esta abordagem de autoajuda reforça ainda mais os laços e o apoio mútuo entre a diáspora. As atividades do CCMK destacam a importância de uma abordagem centrada na comunidade para atender efetivamente aos requisitos de bem-estar da comunidade da diáspora.

As medidas de segurança social do CCMK constituem um caso exemplar de medidas transnacionais de proteção social levadas a cabo por uma organização diaspórica. Ele exemplifica a dedicação e o compromisso das comunidades da diáspora em garantir o bem-estar e a proteção de seus companheiros membros da diáspora por meio de um senso de solidariedade e coesão social. Estas medidas tornam-se particularmente cruciais devido às limitações enfrentadas pelos governos na prestação de proteção social abrangente às populações diaspóricas.

Nesse contexto, esses esquemas transnacionais desempenham um papel vital no apoio aos migrantes e seus dependentes em tempos difíceis. Eles preenchem as lacunas deixadas pela proteção social tradicional fornecida pelo governo e atendem às necessidades e circunstâncias únicas enfrentadas pelas comunidades diaspóricas. Ao oferecer apoio e assistência essenciais, essas iniciativas contribuem significativamente para melhorar o bem-estar geral e a segurança dos diásporas.



Crédito: Musthujab Makkolath/ KMCC Athijeevanam.

Farseen Ali Puthanveetil é um assistente social atualmente cursando o Mestrado Europeu em Migração e Relações Interculturais (EMMIR). Ele recebeu a prestigiada bolsa Erasmus Mundus da Comissão Europeia para prosseguir com este programa. Antes de seus estudos atuais, ele completou sua formação em Serviço Social na Jamia Millia Islamia, Nova Delhi. Além disso, ele possui um Diploma de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Direitos Humanos Internacionais e Leis de Refugiados pela Sociedade Indiana de Direito Internacional em Nova Delhi. Ao longo de seu treinamento de trabalho de campo em serviço social, ele se envolveu ativamente com diversas comunidades urbanas, particularmente com foco em migrantes e refugiados. Ele tem experiência prática trabalhando com o governo de Kerala, organizações não-governamentais e uma empresa de mídia em Kerala. Seus interesses de pesquisa giram em torno de migração, diáspora, transnacionalismo e integração. Ele faz parte do grupo de pesquisa Peder Sather, conduzindo um estudo de arquivo sobre imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, que é um projeto de pesquisa colaborativo entre a Universidade de Stavanger, Noruega, e a Universidade da Califórnia Berkeley, EUA.

Empoderando Comunidades: O papel vital das diásporas na proteção social em Camarões

Charles Simplicie Mbatsogo Mebo

Introdução

As diásporas emergiram como atores significativos na formação das paisagens sociais, econômicas e políticas de seus países de origem. No caso de Camarões, a diáspora camaronesa tem sido fundamental para fornecer proteção social às suas famílias e comunidades em casa. Este artigo explora os impactos, a dinâmica e as oportunidades futuras das diásporas no contexto da proteção social em Camarões, esclarecendo o potencial transformador que possuem e os propósitos de seu aprimoramento.

Impactos das contribuições diaspóricas

A diáspora camaronesa consiste em diversos indivíduos e grupos espalhados por todo o mundo, contribuindo ativamente para o desenvolvimento de Camarões de várias formas: remessas, transferência de conhecimento, atividades filantrópicas, investimentos e empreendedorismo, defesa e engajamento político, preservação e promoção cultural, atividades acadêmicas e de colaboração de pesquisa. Embora a diáspora camaronesa não seja um grupo homogêneo e as formas de engajamento possam variar entre indivíduos e comunidades (com base em sua localização, recursos e interesses), as contribuições coletivas da diáspora em todas as suas formas desempenham um papel vital no desenvolvimento de Camarões. O impacto das contribuições da diáspora camaronesa na proteção social é profundo e multifacetado. Um meio chave através do qual as diásporas apoiam as suas comunidades são as remessas. Segundo o Banco Mundial, Camarões recebeu aproximadamente US\$ 299 milhões em remessas em 2020, com uma parcela significativa proveniente da diáspora. Esses influxos financeiros ajudam as famílias a atender às necessidades básicas, como saúde, educação e moradia, reforçando assim a proteção social no nível das famílias.

Além das remessas, as diásporas também se envolvem em atividades filantrópicas que atendem às necessidades mais amplas da comunidade. Por exemplo, o Solidariedade Camaronesa no Reino Unido (CAS-UK) lançou a iniciativa "Educação para Todos". Este projeto oferece bolsas de estudo para crianças carentes em Camarões. Tais iniciativas contribuem diretamente para melhorar o acesso à educação e empoderar segmentos vulneráveis da sociedade.

Além disso, os membros da diáspora trazem valiosas habilidades, conhecimentos e experiência para Camarões. Eles transferem suas experiências adquiridas no exterior para suas comunidades de origem, promovendo a capacitação e o desenvolvimento do capital humano.

Essa transferência de conhecimento é particularmente evidente em setores como a saúde, onde profissionais médicos da diáspora colaboram com médicos locais para melhorar os serviços e a infraestrutura de saúde.

Dinâmicas e desafios

Embora as contribuições da diáspora camaronesa sejam inegáveis, várias dinâmicas e desafios devem ser enfrentados para maximizar seu impacto na proteção social. Um dos principais desafios é a falta de coordenação entre os atores da diáspora e as instituições governamentais. Sem colaboração efetiva, o potencial poder transformador das contribuições da diáspora permanece inexplorado. O estabelecimento de plataformas de diálogo e cooperação entre as organizações da diáspora e as agências governamentais relevantes é crucial para garantir uma abordagem mais coordenada da proteção social.

Outra dinâmica a considerar é a diversidade dentro da diáspora. Diferentes comunidades da diáspora têm níveis variados de recursos, redes e oportunidades. Reconhecer essa diversidade e aproveitá-la de forma eficaz pode levar a intervenções direcionadas que atendam às necessidades específicas de proteção social. Como ilustração, a Sociedade Profissional de Camarões (CPS), uma organização da diáspora nos Estados Unidos, se concentra em capacitar profissionais camaroneses no exterior e promover parcerias para promover o empreendedorismo e a criação de empregos em Camarões.

Oportunidades futuras

O futuro tem um grande potencial para aumentar o impacto das contribuições da diáspora na proteção social em Camarões. Uma oportunidade reside no fortalecimento do papel dos atores da diáspora como defensores da mudança de políticas. Através de suas experiências no exterior, os membros da diáspora possuem percepções únicas sobre as melhores práticas de proteção social de outros países. Ao se envolver ativamente no diálogo sobre políticas e compartilhar seus conhecimentos, eles podem influenciar o desenvolvimento e a implementação de programas de proteção social mais eficazes.

Além disso, a tecnologia oferece novos caminhos para o envolvimento da diáspora. As plataformas online e as ferramentas digitais permitem que os membros da diáspora se conectem, colaborem e contribuam com mais eficiência. Por exemplo, a plataforma "DiasporaEngager" facilita o encontro entre membros da diáspora e organizações locais, promovendo parcerias que promovem projetos de desenvolvimento social em Camarões. A adoção da inovação digital pode ajudar a superar barreiras geográficas e fortalecer o envolvimento da diáspora nos esforços de proteção social.

Conclusão

A diáspora camaronesa desempenha um papel vital no fornecimento de proteção social às suas famílias e comunidades. Por meio de remessas, atividades filantrópicas e transferência de conhecimento, os membros da diáspora atuam como catalisadores de mudanças positivas.

No entanto, para aproveitar plenamente o seu potencial, a colaboração e a coordenação entre os atores da diáspora e as instituições governamentais são essenciais. Ao reconhecer os conhecimentos e experiências dos membros da diáspora e envolvê-los no diálogo político, Camarões pode criar uma abordagem mais inclusiva e eficaz à proteção social. Com as políticas e mecanismos corretos implementados, o impacto das contribuições da diáspora na proteção social em Camarões pode ser significativamente aumentado.

Assim, é crucial priorizar a instrução financeira e a formação em empreendedorismo entre os membros da diáspora. Ao equipá-los com as habilidades e conhecimentos necessários, eles podem tomar decisões de investimento informadas que gerem retornos sustentáveis para suas comunidades. Além disso, o estabelecimento de fundos ou plataformas de investimento da diáspora pode agilizar o processo de direcionamento de recursos para projetos direcionados, garantindo que as iniciativas de proteção social sejam impactantes e bem apoiadas.



Créditos: Charles Mbatsogo, 2023.

Além disso, abraçar os avanços digitais pode revolucionar o engajamento da diáspora. Plataformas digitais acessíveis e seguras podem facilitar transferências convenientes de remessas, fornecer informações sobre programas de proteção social e permitir a colaboração entre membros da diáspora e organizações locais. Ao alavancar a tecnologia, as barreiras de distância e tempo podem ser superadas, permitindo contribuições da diáspora mais eficientes e impactantes para a proteção social.

A diáspora camaronesa tem um imenso potencial para reforçar a proteção social em seu país de origem. Por meio de remessas financeiras, atividades filantrópicas e transferência de conhecimento, os membros da diáspora fazem uma diferença substancial na melhoria das vidas de suas famílias e comunidades. No entanto, para capitalizar totalmente suas contribuições, é essencial promover a colaboração, coordenação e diálogo entre os atores da diáspora e as instituições governamentais. Ao alavancar os conhecimentos, experiências e recursos da diáspora, Camarões pode criar uma abordagem mais coordenada, inclusiva e sustentável para a proteção social, garantindo o bem-estar e a prosperidade de seus cidadãos. Ao abordar os desafios relacionados à coordenação, reconhecer a diversidade e adotar a inovação digital, o governo camaronês pode abrir maiores oportunidades para o envolvimento da diáspora e maximizar suas contribuições para a construção de sistemas robustos de proteção social.



Dr. Charles Simplicé Mbatsogo Mebo é pesquisador júnior especializado em governança de migração na África Subsaariana. Ele é laureado e graduado do Programa YALI (Iniciativa de Liderança Africana Jovem) e possui mestrado duplo em Geopolítica e Relações Internacionais pela Academia de Diplomacia de Camarões (IRIC), bem como doutorado em Geografia Humana, Econômica e Regional na Universidade de Poitiers (França). Dr. Mbatsogo tem mais de 5 anos de experiência em comunicação corporativa, gerenciamento de projetos, redação criativa, coleta e análise de dados, levando a várias publicações científicas e comunicações e cargos internacionais.

Facebook: [Charles Mbatsogo](#)

Instagram: [@charles_simplice](#)

LinkedIn: [Charles Simplicé Mbatsogo Mebo](#)

Website: <https://greenlifeact.wixsite.com/monsite>

Buracos Negros que engolem meus sonhos: normas socioculturais contra mulheres LBQ no Afeganistão

Basira Paigham



Mulher queer afegã na Dublin Pride (cortesia da autora)

As normas sociais e culturais conservadoras que prevalecem no Afeganistão significam que as mulheres LBQ (lésbicas, bissexuais e queer) são invisíveis. Enquanto as mulheres no Afeganistão enfrentam discriminação e isolamento social, os indivíduos LBQ enfrentam desafios significativos e discriminação interseccional na sociedade afegã, onde a homossexualidade é profundamente estigmatizada e penalizada de acordo com o Artigo 427 do Código Penal do Afeganistão. Pessoas LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans e queer) enfrentaram morte, tortura e casamento forçado.

Este artigo fornece uma análise da situação enfrentada pelas mulheres LBQ no Afeganistão após o ressurgimento do regime talibã. Com base nos relatórios e pesquisas disponíveis, podemos ver os desafios e experiências específicos das mulheres LBQ no contexto da interpretação conservadora do Talibã da lei Sharia. Embora haja uma necessidade de pesquisas locais atualizadas, este artigo visa lançar luz sobre os crescentes riscos, perseguições e marginalização enfrentados pelas mulheres LBQ hoje.

Depois de duas décadas, o Talibã voltou ao Afeganistão em agosto de 2021. Desde que voltou ao poder, o Talibã fez reivindicações fictícias em apoio aos direitos humanos, mas destacou explicitamente que esse apoio não inclui os direitos LGBT.

Na prática, eles estão impondo normas de gênero mais rígidas e estão excluindo mulheres do acesso à educação, trabalho, entretenimento e outras atividades sociais, políticas e econômicas. Enquanto as mulheres enfrentam violência severa, isolamento e discriminação, as mulheres LBQ experimentam uma exclusão dupla e discriminação devido à sociedade conservadora e patriarcal do país e às normas socioculturais homofóbicas.

Testemunhos em um relatório da Outright International refletem as condições no terreno. Fátima, uma lésbica de 26 anos, conta que, a partir do momento em que o Talibã voltou ao poder, 'o mundo se transformou em um buraco negro que está tentando engolir todos os meus sonhos, minha felicidade, minha paz, minhas conquistas, minhas educação, meu trabalho.' Seu tio, um conhecido líder e aliado do Talibã chegou à casa de sua família com oito soldados do Talibã, em agosto de 2021, após o retorno do Talibã ao poder. Fátima trabalhava em uma universidade local, mas foi forçada a deixar o emprego e foi substituída por um homem leal ao Talibã.

As mulheres no Afeganistão também correm o risco de casamento forçado, que prevalece em todo o país. Casamentos forçados geralmente resultam em mulheres presas em relacionamentos abusivos e negam qualquer agência ou autonomia sobre suas vidas. As mulheres LBQ são particularmente vulneráveis a casamentos forçados, pois sua orientação sexual costuma ser vista como uma ameaça às normas patriarcais da sociedade afegã. Por exemplo, Najwa é uma mulher lésbica de 31 anos que está sofrendo a ameaça de casamento forçado pelo seu tio e parentes que são apoiadores do Talibã. Ela fugiu de sua cidade natal em busca de segurança, mas lutou para encontrar um lugar seguro no Afeganistão para se esconder, já que o Talibã está impondo novas limitações dia após dia.

A situação das mulheres LBQ no Afeganistão é ainda mais complicada pela falta de apoio e recursos disponibilizados para elas. Pessoas LBQ no Afeganistão são forçadas a permanecer escondidas e não conseguem acessar qualquer auxílio ou recursos que possam estar disponíveis para eles em outros países. Essa discriminação se estende a indivíduos transexuais no Afeganistão, que também não têm acesso a nenhum serviço médico ou de saúde mental adaptado às suas necessidades específicas. Nasira, um homem trans de 25 anos que, com sua mãe, foi espancado por seu tio e parentes, relata, says, 'Meus ferimentos são recentes e profundos. Não consigo andar, ficar em pé ou me mover'. A mãe e o primo tentaram levá-lo ao médico, mas o médico rejeitou o tratamento por causa de sua identidade de gênero.

É quase impossível para pessoas LBQ fugirem para outros países em busca de asilo; o Talibã não permite que mulheres viajem sem a companhia de um homem. Marwa, uma lésbica e ativista dos direitos das mulheres, ficou presa no Afeganistão, incapaz de cruzar a fronteira porque não tinha um homem na família. Porém, em 2021 ela conseguiu cruzar a fronteira apresentar um documento de casamento com seu melhor amigo, que era gay.

Em uma entrevista para a Human Rights Watch, ela diz: 'Eu estava sozinha. Se eu continuasse sozinha ou com meu amigo (agora meu marido), o Talibã poderia nos prender. Foi por isso que pedi a ele que assinasse um documento de casamento.'

Apesar desses desafios, esses estudos de caso demonstram uma comunidade LBQ resiliente e corajosa no Afeganistão. Por meio de redes clandestinas e plataformas online, as mulheres LBQ encontram consolo ao se conectar com outras pessoas que compartilham experiências semelhantes. Esses espaços oferecem um sentimento de pertencimento, validação e apoio, permitindo que as mulheres LBQ expressem suas identidades em um ambiente mais receptivo. No entanto, esses espaços ainda trazem riscos significativos devido à natureza conservadora da sociedade afegã e ao potencial de perseguição pelos talibãs.

Apesar disso, os movimentos LBQ e as redes de defesa dos direitos humanos das mulheres LBQ afegãs – tanto no Afeganistão quanto na diáspora no exterior – estão tentando advogar em favor dos direitos, visibilidade e liberdade das mulheres LBQ. No dia da Visibilidade Lésbica nesse ano, a Afghan LGBT, uma das primeiras organizações de defesa dos direitos LGBTQIA+ no Afeganistão, apelou publicamente às organizações humanitárias internacionais e à mídia para apoiar as mulheres LBQ do Afeganistão.

Para apoiar e proteger as mulheres LBQ do Afeganistão nesta situação difícil, é crucial aumentar a conscientização sobre os desafios enfrentados pelas mulheres LBQ no Afeganistão. Muitas pessoas desconhecem a discriminação, a violência e o assédio que essas mulheres vivenciam diariamente. Ao destacar essas questões por meio da mídia tradicional, campanhas de mídia social e defesa pública, podemos construir um maior apoio público para a proteção dos direitos das mulheres LBQ.

Em conclusão, mulheres LBQ e pessoas trans no Afeganistão enfrentam desafios significativos, incluindo discriminação, violência e falta de apoio e recursos. Embora a recente ascensão do Talibã ao comando do país tenha piorado a situação das mulheres LBQ, os defensores dos direitos humanos LBQ afegãos defendem as mulheres LBQ que estão em risco sob o regime. Há uma necessidade urgente e essencial de que a comunidade internacional ouça e tome medidas para apoiar os indivíduos LBQ no Afeganistão, para garantir que seus direitos humanos sejam protegidos – e suas vozes sejam ouvidas.



Basira Paigham é uma afegã queer que trabalha como membro do conselho da organização LGBT afegã e é bolsista de Direitos e Religião da ONU na Outright International. Ela defende os direitos queer afegãos desde 2016.

Onde incentivar? Promovendo as vias de troca de capital social da diáspora de Bangladesh

Asmar Osman

Mais de 12 milhões de Bengaleses vivem em todo o mundo, dos quais cerca de 2,4 milhões residem permanentemente em países anfitriões e que, apesar de muitos debates acadêmicos e políticos, podemos identificar como a diáspora de Bangladesh. O tamanho absoluto dessa comunidade, juntamente com seu potencial de engajamento e desenvolvimento, é notável.

Por qual motivo devemos prestar atenção ao seu capital social em particular? A resposta está nas oportunidades de compartilhamento de conhecimento e networking, particularmente em educação, habilidades, ciência e tecnologia. Essas colaborações podem desempenhar um papel fundamental na condução do desenvolvimento sustentável em Bangladesh. Além disso, aproveitando o potencial de recursos humanos da diáspora, podemos aliviar o ônus do governo de investir em esquemas de proteção social de longo prazo. Essa perspectiva pode estimular os formuladores de políticas a adotar decisões afirmativas priorizando o envolvimento da diáspora na trajetória de desenvolvimento do país.

Bangladesh, como país, possui seus interesses. Mas qual será a participação da diáspora? As razões por trás de seu envolvimento são duas: encontrar consolo em fazer algo bom e aproveitar a oportunidade para expandir suas redes e buscar objetivos pessoais. O nexo entre desenvolvimento e migração oferece às comunidades da diáspora uma chance de contribuir para o desenvolvimento sustentável de seu país de origem, ao mesmo tempo em que promove seus interesses e aspirações no exterior. No fundo, trata-se de um plano alternativo de proteção social, fomentando o crescimento de recursos humanos junto dos stakeholders relevantes. Entrevistas com informantes-chave como pesquisadores e membros da diáspora revelaram que vários incentivos impulsionam seu engajamento. Grupos de diáspora de idade mais avançada buscam reconhecimento e respeito, membros de meia-idade valorizam reconhecimento e alguns benefícios financeiros, e imigrantes mais novos que enfrentam tempos difíceis priorizam vantagens econômicas. Esses incentivos podem atuar como ímãs, atraindo membros da diáspora para continuar apoiando e contribuindo com seu país de origem.



Arte gráfica: Debashis Kumar Day

Bangladesh tem sido afortunado em receber apoio contínuo das comunidades da diáspora desde a guerra de libertação do país. A remessa financeira enviada teve um impacto significativo no desenvolvimento econômico do país. Enquanto isso, seu papel na transferência de conhecimento desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de Bangladesh. Por exemplo, um cientista Estadunidense-Bengalês, Dr. Hussam, inventou um filtro que salvou milhares de vidas da contaminação por arsênico. Os cientistas Estadunidenses-Bengaleses Rubab Khan, Dipanker Talukdara e Selim Shariar, entre muitos outros, estabeleceram uma base sólida na arena científica. O Estadunidense-Bengalês Iqbal Quadir fundou o Grameen Phone, transformando o cenário de comunicação digital do país. A Bengalesa Britânica Nadia Samdani continua os seus esforços de filantropia artística em Bangladesh e além, pelos quais recebeu a honra de Membro da Ordem Mais Excelente do Império Britânico. A Estadunidense-Bengalesa Rudmeela Nawsheen prospera no Vale do Silício com empreendimentos de TI e transferência de tecnologias para Bangladesh. Além disso, as invenções da diáspora Bengalesa têm um impacto global, incluindo Jawed Karim (co-fundador do YouTube), Salman Khan (fundador da Khan Academy), e muitos outros.

A posição emergente da diáspora Bengalesa nos países anfitriões amplia as oportunidades de seu envolvimento com o país de origem. Por exemplo, nas eleições do Reino Unido, quatro Bengaleses Britânicos foram eleitos. Da mesma forma, quatro candidatos de origem Bengalesa venceram nas eleições de meio de mandato dos EUA em 2022. Foysol Chowdhury, o primeiro membro do Parlamento escocês nascido em Bangladesh, levantou uma voz forte contra o racismo. De acordo com um relatório da The Economist, a nova geração de Bengaleses Britânicos está se saindo muito bem na escola. Um recente exercício de mapeamento estima que muitos membros da diáspora Bengalesa estão bem posicionados nos países anfitriões e estão dispostos a contribuir para Bangladesh por meio de seus conhecimentos e habilidades.

Existem desafios. Bangladesh ainda não possui uma política e mecanismo institucional centrado na diáspora para nutrir os esforços apoiados por uma abordagem baseada em direitos de reconhecer a contribuição da diáspora e ajudá-los em suas necessidades. As medidas de política Bengalesa muitas vezes falham em reconhecer e utilizar de forma eficaz a atribuição social da diáspora - de forma mutuamente benéfica. Em geral, os institutos locais de educação e desenvolvimento de habilidades ainda não facilitam um mecanismo de intercâmbio e transmissão de conhecimento institucional entre a diáspora e as comunidades locais. Ademais, a revisão das políticas e discussões com os stakeholders revela que o Ministério do Bem-Estar dos Emigrantes e Emprego no Exterior (MoEWOE) e o Ministério da Educação (MoE) não possuem um plano de ação conjunto robusto com um mecanismo de coordenação dinâmico.

Os Estados têm a capacidade de se envolver ativamente, capacitar e empoderar as comunidades da diáspora, implementando políticas e tomando medidas que priorizem a comunicação, o alcance e a colaboração. Ao promover canais de comunicação eficazes, o governo de Bangladesh pode garantir que as diásporas estejam envolvidas e que suas vozes sejam ouvidas.

Os esforços de alcance podem estreitar a lacuna entre o Estado e a diáspora, fomentando um senso de conexão e propósito compartilhado. Além do mais, podem alavancar as forças e recursos coletivos da diáspora para impulsionar as iniciativas de desenvolvimento por meio de parcerias com organizações e indivíduos da diáspora.

Estas medidas proativas do governo permitem-lhes aproveitar o potencial das comunidades da diáspora e criar um ambiente propício à sua participação ativa nas atividades de desenvolvimento. O bom é que Bangladesh já tem um Ministério dedicado (MoEWOE) e uma política completa para atender às necessidades dos expatriados Bengaleses. Ainda assim, a política concentra-se principalmente nos trabalhadores migrantes de curto prazo. Uma política visionária apoiada por um plano de ação com prazo definido é um passo decisivo obrigatório. Mas, inicialmente, as medidas políticas a longo prazo podem não parecer lucrativas para a diáspora. Por outro lado, algumas ações rápidas e respeitadas podem ajudar a reconstruir o seu vínculo com a origem e a sua vontade de participar na jornada de desenvolvimento do país de origem.

Quais são aquelas ações plausíveis imediatas? A primeira e principal tarefa é definir a diáspora Bengalesa por meio de uma definição operacional flexível, incluindo a diáspora da nova geração, fornecendo a eles um cartão de diáspora ou algo similar para criar sua base de envolvimento respeitosa. Como dois terços da população total da diáspora Bengalesa residem nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, os esforços diplomáticos centrados na área - envolvendo os porta-vozes da diáspora como diplomatas públicos - podem trazer mudanças visíveis rapidamente. Para aproveitar o potencial, o MoE, em colaboração com o MoEWOE, deve iniciar uma parceria formal entre as agências de credenciamento de habilidades e instituições educacionais dos dois países. Enquanto a coordenação continuar sendo um desafio crucial no envolvimento ativo dos membros da diáspora no desenvolvimento de Bangladesh, uma ala especializada no MoEWOE, auxiliada por um Grupo Consultivo que inclui membros da diáspora, deve ser formada com um mapa de rota claro e regras de negócios específicas. Então, é só começar!



Asmar Osman, economista de formação, esteve trabalhando como Pesquisador em Desenvolvimento no Human Development Research Centre (HDRC), em Bangladesh, desde 2005. Ele possui uma década de experiência em pesquisa sobre o nexo entre migração-diáspora-desenvolvimento com a OIM e a OIT. Além da pesquisa com propósito, Asmar adora estar com crianças, ler e não fazer nada. Ele vive em Dhaka, Bangladesh.

Email: asmar@hdrc-bd.com

SOSOrinoco: A vantagem do ativismo da diáspora na Venezuela

Ángeles Zúñiga e Abigail Edwards

Instabilidade, uma crise de deslocamento prolongada e a hiperinflação tornaram-se onipresentes nas discussões sobre o panorama político venezuelano. No entanto, uma crise oculta ameaça o país - desde seu patrimônio cultural até sua frágil biosfera. Em 2016, o regime de Nicolás Maduro criou o Arco Mineiro do Orinoco, uma mina a céu aberto que se estende por todo o sul da Venezuela, o equivalente a 12% do território do país. Uma zona de desenvolvimento estratégico extrativista, criada sem estudos de impacto nem a aprovação da Assembleia Nacional exigida por lei, o Arco Mineiro do Orinoco teve consequências que se estendem pela esfera ambiental, da saúde pública e dos direitos humanos.

Por mais abrangente que seja esta tragédia ambiental, durante anos a situação foi severamente pouco estudada. Quando o SOSOrinoco, o grupo de advocacy fundado pela diáspora, foi fundado em 2018, poucos venezuelanos fora de sua região sul estavam cientes da existência do arco mineiro; ainda menos estavam dispostos a falar sobre suas políticas extrativistas. Em entrevista aos autores, a fundadora do SOSOrinoco, Cristina Burelli, disse que, depois de consultar vários acadêmicos e ativistas, eles expressaram conhecimento de uma situação grave na área. Entretanto, as pessoas temiam denunciá-la devido à natureza repressiva do regime de Maduro. Isso fez com que muitas atrocidades não fossem relatadas.

Hoje, o SOSOrinoco é responsável pelos relatórios mais detalhados sobre as ameaças que o arco mineiro representa, incluindo degradação ambiental, violações de direitos humanos, como prostituição forçada e tráfico de pessoas, proliferação de atividades de gangues e ameaças ao panorama cultural da região. Por exemplo, relatórios mostraram que as atividades de mineração ameaçam o Parque Nacional Canaima, um Patrimônio Mundial da UNESCO.

Ao combinar uma equipe de pesquisadores locais com os esforços de líderes da diáspora, o SOSOrinoco é capaz de operar anonimamente no terreno, denunciando o ecocídio que muitos temiam delatar. O modelo do projeto fornece um quadro de como o trabalho de advocacy significativo pode ser alcançado sob regimes autoritários e repressivos, graças aos esforços combinados entre a expertise local e os membros da diáspora.

A diáspora venezuelana: Um fenômeno em constante crescimento

Crucial para o sucesso do SOSOrinoco é sua integração da diáspora em uma questão que era anteriormente em grande parte localizada. Atualmente, existem 7,2 milhões de venezuelanos vivendo no exterior, muitos dos quais deslocados por uma grave crise humanitária. A maioria da diáspora está concentrada na América Latina, com Colômbia e Peru abrigando os números mais altos - 2,5 milhões e 1,5 milhão, respectivamente.

Fora da América Latina, as maiores populações da diáspora venezuelana são encontradas nos Estados Unidos e na Espanha. A diáspora agora representa quase 24% da população global de venezuelanos, e um significativo dreno de capital humano na Venezuela.

Apesar de terem fugido de um regime repressivo, os venezuelanos no exterior têm se envolvido principalmente com os acontecimentos em casa por meio de remessas, em vez de ativismo e arrecadação de fundos para organizações venezuelanas locais. Estima-se que 29% das famílias na Venezuela dependem de remessas para sobreviver. Em 2022, as remessas totais na Venezuela foram estimadas em US\$ 4,2 bilhões. A diáspora venezuelana também fornece suprimentos alimentares e médicos essenciais, tanto que surgiram vários negócios dedicados ao envio de mercadorias dos centros da diáspora.

Apesar de esses suprimentos e remessas terem sido cruciais para a resiliência de um pequeno número de beneficiários, ainda existe uma desconexão significativa entre as necessidades das organizações locais de base na Venezuela e a resposta e ações da diáspora. Com um pequeno grupo de líderes da diáspora venezuelana amplificando o trabalho de uma grande rede de base, o SOSOrinoco serve como um exemplo de maneiras inovadoras da diáspora se envolver com os que estão em casa além das remessas. Ainda assim, embora os venezuelanos dentro e fora do país tenham sido rápidos em compartilhar o trabalho do SOSOrinoco nas redes sociais, a organização ainda luta para envolver a diáspora na arrecadação de fundos para seus esforços.

Representação é igual a proteção

Esforços como a entrega de ajuda são unidirecionais e relativamente diretos. Porém, processos mais complexos, como publicar, advogar e conscientizar sobre tópicos sensíveis, exigem uma modalidade de engajamento diferente, dado que a segurança dos envolvidos no país pode ser comprometida. Com ataques documentados de funcionários do Estado e grupos armados contra defensores ambientais na Venezuela, o modelo do SOSOrinoco de ter uma líder da diáspora como Cristina Burelli como representante pública - que pode compartilhar com segurança as descobertas da equipe central - garante a segurança da rede local da organização e da equipe no terreno, ao mesmo tempo em que facilita o engajamento com grupos da diáspora.

Combinando os esforços da diáspora com as redes no terreno

Enquanto os três membros da equipe do SOSOrinoco fora da Venezuela usam suas posições seguras no exterior para representar publicamente a organização, liderar a captação de recursos e coordenar os esforços de pesquisa, o SOSOrinoco ainda está enraizado no envolvimento e nas redes no terreno. O SOSOrinoco trabalhou para formalizar uma rede de jornalistas locais, defensores indígenas e ativistas que fornecem atualizações ao vivo e contribuem para as publicações aos ativistas da diáspora da organização, ao mesmo tempo em que trabalham para promover o trabalho do SOSOrinoco em veículos de comunicação locais.

Este trabalho da diáspora é cada vez mais relevante, pois amplifica os perigos que o Arco Mineiro do Orinoco representa para a região como um todo, que ameaça o ecossistema amazônico e também é um local seguro para a atividade de gangues internacionais. Embora Burelli permaneça a cara da organização, fornecendo ao SOSOrinoco credibilidade no exterior, a abordagem de publicar relatórios coletivamente e anonimamente garante que os atores locais possam contribuir com segurança. Os esforços combinados da diáspora com os locais no terreno ajudam a garantir que o foco do trabalho do SOSOrinoco permaneça centrado nas populações na Amazônia venezuelana que são diretamente afetadas pelos impactos do Arco Mineiro do Orinoco.



Mina ilegal do Caroni, o segundo rio mais importante da Venezuela.
Cortesia de Rodolfo Gerstl e SOSOrinoco.



Ángeles Zúñiga é estagiária de pesquisa no Projeto sobre Fragilidade e Mobilidade no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) em Washington, D.C. Ela é bacharel em Estudos Globais pela St. Lawrence University em Nova Iorque, onde foi bolsista da Davis-UWC.



Abigail Edwards é assistente de pesquisa do Projeto de Fragilidade e Mobilidade do CSIS. Possui mestrado em Relações Internacionais pela Johns Hopkins SAIS, bacharelado em Direitos Humanos pela Universidade de Columbia e bacharelado em Política e Governo pela Sciences Po Paris.

A proteção da saúde dos migrantes irregulares nas fronteiras: o caso do Darién Gap

Andrea Jaramillo Contreras



Figura 1. Foto de Andrea Jaramillo, julho de 2022

Entre 2021 e 2022, mais de 350.000 migrantes de 53 países diferentes cruzaram uma das rotas migratórias mais perigosas do mundo entre o Panamá e a Colômbia, chamada de Darién Gap, com o objetivo de chegar aos Estados Unidos. Entre 1.200 e 1.300 migrantes irregulares cruzam esta fronteira todos os dias, e cerca de 300 estão sem recursos no lado colombiano da fronteira, em Necoclí, esperando por apoio econômico ou alternativas de migração.

O Darién Gap engloba sessenta milhas de floresta tropical densa, montanhas íngremes e extensos pântanos. Durante 5 a 11 dias, os migrantes têm que cruzar rotas inóspitas, rios e longos trechos de terra que exigem um alto nível de força física. De acordo com relatórios do ACNUR, R4V e Médicos Sem Fronteiras (MSF), tráfico de pessoas, assaltos, violência sexual, assassinatos, desaparecimentos e mortes são alguns dos riscos que os migrantes enfrentam ao longo desta rota.

Após cruzar o Darién Gap, os migrantes continuam sua jornada por terra, passando pelo Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala e México até chegarem aos Estados Unidos. Esta rota pode durar semanas, meses ou até anos, dependendo da origem dos migrantes, das restrições nas fronteiras e de seus recursos econômicos. Durante sua jornada, eles enfrentam a falta de acesso a cuidados de saúde, suprimentos de alimentos, água potável e moradia. Além disso, o controle de contrabandistas, traficantes e grupos criminosos nessas fronteiras coloca os migrantes em uma situação de extrema vulnerabilidade. Desde 2016, 221 migrantes irregulares morreram tentando cruzar esta fronteira.

A proteção do direito à saúde sem distinção do status legal, origem ou condição social das pessoas segue o princípio das Nações Unidas de "Não deixar ninguém para trás" da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reivindicando equidade e não discriminação para os mais desfavorecidos e pobres do mundo. O reconhecimento da vulnerabilidade especial dos migrantes em termos de exclusão social e discriminação ao longo de sua rota migratória coloca-os como atores prioritários no acesso a um serviço de saúde competente e adaptável às suas necessidades. No entanto, nas fronteiras da Colômbia e do Panamá, a falta de regulamentações que protejam os migrantes em trânsito, as capacidades financeiras e locais nas fronteiras, as políticas restritivas nas fronteiras e o equívoco sobre o que significa o direito à saúde para os migrantes em trânsito são um dos principais aspectos que influenciam o acesso à saúde de migrantes irregulares no Darién Gap.



Figura 2. Foto de Andrea Jaramillo, julho de 2022

1. Falta de regulamentação que proteja o direito à saúde de migrantes irregulares em trânsito: Não existe um instrumento legal na Colômbia que proteja o direito à saúde de migrantes em trânsito. De acordo com o “plano de resposta do setor de saúde ao fenômeno migratório”, migrantes irregulares só têm direito ao acesso à emergência médica inicial, o que não responde às múltiplas necessidades que os migrantes em trânsito enfrentam em sua jornada. Na Colômbia, o direito à saúde está vinculado ao status legal dos migrantes e ao seu desejo de permanecer no território, mas não à essência de sua condição humana, desconsiderando a universalidade e a inalienabilidade deste direito humano. Parece que a Colômbia não está respondendo aos compromissos assumidos em convenções internacionais como o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados e a Declaração da Sexagésima Primeira Assembleia Mundial da Saúde.

2. Recursos financeiros e capacidades locais nas fronteiras: A crise migratória somada aos níveis de pobreza na região de Necoclí – que ultrapassam os 50% –, aos níveis de conflito e à falta de recursos técnicos e financeiros desta região, têm superado as capacidades da administração municipal para atender às necessidades dos migrantes em trânsito. Até o momento, o governo central não tem desempenhado um papel de liderança na proteção desses migrantes, deixando essa responsabilidade nas mãos de organizações internacionais. Segundo o escritório de migração da Colômbia, essas pessoas são migrantes em trânsito e, portanto, não é sua responsabilidade protegê-las.

3. Ordem de fronteira internacional e políticas migratórias restritivas: A significativa falta de cooperação com países vizinhos e a limitada capacidade institucional das autoridades dos países da América Latina produziram a intensificação das vulnerabilidades nas fronteiras. Apesar das diferentes reuniões realizadas entre os governos da Colômbia, Panamá e Estados Unidos para dar soluções ao aumento do fluxo migratório de migrantes irregulares nesta fronteira, ainda não existe uma solução que coloque a dignidade humana desses migrantes acima das restrições e securitização das fronteiras. A maioria dos acordos atende às intenções dos EUA de exercer controle sobre as redes de tráfico de drogas e de seres humanos, em vez de atender às necessidades e vulnerabilidades dos migrantes em trânsito.

4. O equívoco sobre o direito à saúde: Migrantes em trânsito não estão apenas expostos a cuidados de emergência durante sua jornada, mas a múltiplas dimensões socioeconômicas e estruturais que se intersectam com os determinantes sociais da saúde, como habitação, água, alimentos, segurança, entre outros. O direito à saúde exige uma perspectiva holística que exige um trabalho articulado entre diferentes setores da sociedade, como governos, organizações internacionais e sociedade civil, em que os migrantes possam ser beneficiários de condições de vida saudáveis ao longo de sua jornada migratória e não apenas atenção humanitária nas fronteiras.

O caso dos migrantes irregulares em trânsito através do Darién Gap mostra a ausência de políticas nacionais e transnacionais que protejam seu direito à saúde. Parece que a conotação “em trânsito” reforça princípios de desigualdade e discriminação, violando a universalidade e a inalienabilidade dos direitos humanos. Além disso, a criação de políticas de segurança nas fronteiras pelos governos complica ainda mais a situação dos migrantes, colocando-os em um nível contínuo de incerteza e vulnerabilidade que afeta profundamente sua condição de saúde, especialmente nas fronteiras onde as restrições legais interagem com a falta de responsabilidade dos governos para com esses migrantes.



Andrea Jaramillo Contreras é PhD em Sociologia pela Philips University of Marburg, Alemanha e atualmente trabalha como assistente de pesquisa no Institute of the History, Theory, Ethics of Medicine na Liebig University of Giessen (Alemanha). Ela fez parte do projeto “Saúde dos Migrantes nas Fronteiras em Tempos de COVID-19: Avaliação de Lacunas, Necessidades e Prioridades na Implementação de Políticas e Programas de Saúde Baseados em Direitos Humanos na Região Andina da América Latina” financiado pela DFG/Fundação Alemã de Pesquisa (Deutsche Forschungsgemeinschaft). No campo da migração, ela está particularmente interessada na temporalidade e nas dinâmicas fronteiriças dos migrantes em movimento e no impacto da cooperação internacional no direito à saúde e bem-estar dos migrantes. <https://www.linkedin.com/in/andrea-carolina-jaramillo-contreras-0a7a4220/>.

Mulheres subsaarianas na Tunísia: entre o medo da rejeição e o atendimento médico adequado

Amal Hlioui

As últimas declarações do presidente tunisiano Saied, que alertou contra a presença de subsaarianos na Tunísia como uma "mudança na composição demográfica", foram consideradas xenófobas. Durante o início da Guerra Civil Líbia em 2011, milhares de subsaarianos fugiram para a Tunísia. Desde então, foi formada uma diáspora subsaariana, mas os números, origens e problemas sociais foram negligenciados e "desconhecidos" por muito tempo. Escondendo-se nas sombras, a vulnerabilidade social dos subsaarianos é agravada por uma atmosfera geral de rejeição e desconfiança em relação a eles na Tunísia.

As mulheres subsaarianas têm condições precárias de trabalho e vida. Somado a isso, sofrem de uma dupla vulnerabilidade, pois têm a responsabilidade de cuidar da sua saúde reprodutiva, bem como a de seus filhos e parceiros. Neste artigo, exploro o tratamento das mulheres subsaarianas pelos sistemas de saúde tunisianos, entrevistando duas partes interessadas diferentes: uma médica e uma migrante subsaariana em unidades de saúde de primeira e terceira linha.

Saúde reprodutiva: uma necessidade satisfeita?

Oficialmente designados como "residentes estrangeiros na Tunísia", os subsaarianos representam 21.466 imigrantes, ou seja, 36,4% do total, segundo o Inquérito Nacional sobre Migração Internacional. Esta pesquisa coloca o número total de mulheres imigrantes em 7.351, entre 2020 e 2021, o que provavelmente é uma estimativa subestimada do número total. A Dra. Syrine Trabelsi, jovem residente em Obstetrícia e Ginecologia do Hospital Universitário Mogi Slim, em La Marsa, região onde a concentração de migrantes subsaarianos é alta, acredita que tem visto um número crescente de mulheres subsaarianas nos últimos dois anos.

No Centro de Proteção Materno-Infantil Ariana, a equipe médica atende mulheres subsaarianas todos os dias para diferentes finalidades: planejamento familiar, contracepção, ISTs, exames de gravidez e interrupção da gravidez. De fato, o aborto medicamentoso está disponível gratuitamente em todos esses centros. A Tunísia é o único país árabe onde o aborto por motivos não médicos é legal para todas as mulheres desde 1973, e o aborto medicamentoso está disponível desde o início dos anos 2000. Em média, 20 subsaarianas são recebidas pelo Espaço Jovem, dentro do Centro, para este protocolo farmacológico todos os dias. No entanto, esse número caiu após a última declaração polêmica do Presidente, pois elas temem prisão, deportação ou até mesmo ataques.

Contrariamente aos estereótipos negativos que muitos tunisianos têm sobre os imigrantes da África subsaariana, a Dra. Trabelsi descreve os pacientes da África subsaariana como respeitosos e conscientes de suas necessidades de saúde.

Por exemplo, mulheres da África subsaariana são mais propensas a desenvolver miomas uterinos do que mulheres de outras populações. A Dra. Trabelsi descobriu que a maioria das mulheres que trata para essa condição tem uma boa compreensão de seu histórico médico e dos requisitos de cuidados para miomas uterinos. Ademais, muitas dessas mulheres são proativas e conhecedoras de sua saúde reprodutiva. Por exemplo, menos de 2% das mulheres que usam contraceptivos na África subsaariana usam dispositivos intrauterinos (DIU). No entanto, a Dra. Trabelsi observou que muitas de suas pacientes da África subsaariana usam os dispositivos e vêm à sua clínica para removê-los ou para outros fins.

Em hospitais públicos, mulheres subsaarianas também são admitidas para monitoramento da gravidez e parto. Como qualquer cidadã, elas entram em trabalho de parto e são diretamente atendidas por parteiras e médicos. Elas são tratadas com o mesmo cuidado que uma cidadã tunisiana receberia. Algumas delas, no entanto, apresentam complicações devido a gestações não monitoradas, o que levanta a questão de saber se elas têm acesso a estruturas de saúde reprodutiva ou não.

Desafios: informação, distância, dinheiro e medo

Luna, uma jovem maliana sem documentação, estava sentada ao lado da clínica comunitária de Raoued, esperando na fila. No início, ela relutou em conversar. Depois, ela expôs sobre a dificuldade de ir ao centro de proteção de Ariana para acessar cuidados ou tomar contraceptivos. Ela acabou recorrendo a métodos não medicinais de contracepção e "esperou que o pior não acontecesse". Para Luna, a distância é o primeiro desafio para o fácil acesso à saúde reprodutiva, já que as instalações estatais são centralizadas e geralmente ficam longe dos bairros onde ela e outros imigrantes subsaarianos vivem.

O segundo desafio, segundo a Dra. Trabelsi, é a falta de informação. A maioria das mulheres subsaariana não sabe como funciona o sistema médico tunisiano, nem legal nem financeiramente. Elas não sabem que, se não estiverem cobertas por seguro estatal ou privado, devem pagar as taxas integrais. Algumas pacientes até fugiram de unidades de saúde quando confrontadas com as despesas dos cuidados de saúde.



Cortesia: [Pexels](#).

As “sortudas” são paradoxalmente as poucas subsaarianas que obtiveram o status de refugiada; na ausência desse status, um imigrante não pode obter reembolso ou cobertura. Na Tunísia, o ACNUR é responsável pelo processo de ajudar os refugiados a acessarem a saúde. A Dra. Trabelsi recorda a história de uma refugiada que se beneficiou da cobertura médica para o seu câncer da mama depois de um longo processo que envolveu a paciente, o ACNUR e os funcionários do hospital. Ela está, felizmente, fazendo quimioterapia depois de um diagnóstico tardio devido à forma rara de câncer e à resposta lenta à sua condição.

Para além destes problemas, a Dra. Trabelsi afirmou que o problema mais desafiante para as mulheres subsaarianas é construir um relacionamento. Muitas subsaarianas foram maltratadas no passado pelos sistemas de saúde e por outras estruturas de autoridade na Tunísia. Isso faz com que elas fiquem relutantes em recorrer a estruturas de saúde para pedir ajuda, porque têm medo de rejeição e/ou discriminação. Quando recebem cuidados médicos adequados, parecem perplexas e gratas pelo tratamento “simpático” e profissional dos funcionários do hospital. “Parece que elas não recebem esse ‘tratamento normal’ em outros lugares”, disse a Dra. Trabelsi. Para corrigir a diferença, ela e os seus colegas “têm de as ouvir e de se livrar do preconceito”.



Professora associada na Universidade Tunis El Manar. Titular da bolsa do projeto Erasmus+ MIGRANTS. Pesquisadora PhD em Dinâmica de Sistemas, DEMS, UNIPA. Trabalho, em minha tese, com as representações subsaarianas na mídia tunisiana e as ramificações na política migratória.

